



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO



MARIANA DO CARMO MAROLA MARQUES

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO NA CIDADE DE PAULÍNIA

CAMPINAS

2014

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação

Trabalho de Conclusão de Curso

Mariana do Carmo Marola Marques

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA: A EDUCAÇÃO DA CIDADE DE PAULÍNIA

Trabalho de conclusão de curso apresentada à Faculdade de Educação da UNICAMP, para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob orientação do Prof. Dr. André Luiz Paulilo.

CAMPINAS

2014

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO NA CIDADE DE PAULÍNIA

Monografia apresentada junto ao curso de Pedagogia noturno da Universidade Estadual de Campinas, na área de História da Educação, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Paulilo

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. André Luiz Paulilo.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Prof.^a Dr.^a Fabiana De Cássia Rodrigues

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Campinas, 20 de dezembro de 2014.

CATALOGAÇÃO

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

M348h Marques, Mariana do Carmo Marola, 1992
História e historiografia da educação na cidade de
Paulínia / Mariana do Carmo Marola Marques. – Campinas,
SP: [s.n.], 2014.

Orientador: André Luiz Paulilo.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) –
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. Historiografia. 2. História da educação. 3. Paulínia
(SP) - História. I. Paulilo, André Luiz, 1975-. II. Universidade
Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. II. Título.

15-005-BFE

Dedico esta, bem como todas as minhas demais conquistas à Gislaine, Ariane e Cleyton, minha família.

Que me apoiaram, me incentivaram e por vezes me supriram em minhas renúncias para que eu pudesse me dedicar a esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem sua graça e misericórdia jamais concluiria esta importante etapa em minha vida.

Ao meu orientador, André Luiz Paulilo, cujo profissionalismo, cuidado, paciência e conhecimentos que tanto contribuíram para a elaboração deste trabalho. Sua prontidão e minúcia ao corrigir e reler comigo, capítulo por capítulo, me incentivou e me mostrou o quão sortuda eu sou pela possibilidade de te conhecer e tê-lo como orientador.

À Fabiana De Cássia Rodrigues, pela leitura atenta e cuidadosa que trouxe importantes contribuições e diferentes pontos de vista.

À Pâmela Roberta Ramelo, que ao escrever seu próprio trabalho de conclusão, com tema tão distinto, mas ao mesmo tempo tão semelhante ao meu, proporcionou diversas conversas e discussões que geraram importantes contribuições ao meu trabalho.

Agradeço ainda, aos meus sogros, pai, tias, tios, primos e a todos à quem direta ou indiretamente compartilharam comigo esta pesquisa e com ela contribuíram, o meu muito obrigado.

A história é busca, portanto escolha. Seu objeto não é o passado: “A própria noção segundo a qual o passado enquanto tal possa ser objeto de ciência é absurdo”. Seu objeto é “o homem”, ou melhor, “os homens”, e mais precisamente “homens no tempo”.

(LE GOFF, 2001, p. 24).

MARQUES, Mariana do Carmo Marola. **História e Historiografia: A educação na cidade de Paulínia**. Trabalho de conclusão de curso apresentada à Universidade Estadual de Campinas, 2014. 56p.

RESUMO

O presente trabalho configura-se como uma pesquisa sobre a produção histórica do município de Paulínia. Cidade do interior paulista que se destacou desde a década de 70 como uma das principais responsáveis do refino de petróleo brasileiro.

Devido à inexistência de obras destinadas exclusivamente à história da educação nesta proeminente cidade é que parto, baseando-me em uma ampla pesquisa bibliográfica, abrangendo documentos oficiais, sites, livros, teses e legislações buscando fazer um mapeamento e evidenciar como a educação aparece, quais principais fatos narrados, quais sujeitos históricos mereceram destaque, quais moradores são citados, professores e suas práticas, instituições de ensino entre outros detalhes, aparecem nestes escritos, mesmo estes não se destinando exclusivamente à educação. Sem esquecer dos principais autores que se dedicaram a esta escrita histórica e quais seus contextos.

Palavras-chave: historiografia; história; Paulínia; história da educação regional.

ABSTRACT

This work is configured as a search about the historical production of the city of Paulínia. City located in São Paulos's up-country, that stood out since the 70's decade as one of the leaders of Brazilian oil refining.

Due to lack of works aimed exclusively The History of Education in this prominent city is that beginning, based on a broad literature search, including official documents, websites, books, theses and laws, seeking to map and show how education appears, which key facts are narrated, which historical subjects were highlighted, which residents are cited, teachers and their practices, educational institutions and other details appears in these writings, even these are not intended exclusively to education. Without forgetting the main authors who have dedicated themselves to this historical writing and what their contexts.

KEY-WORDS: historiography ; history; Paulinia ; history of regional education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO SOBRE A HISTÓRIA DE PAULÍNIA	5
CAPÍTULO 2	
A HISTÓRIA QUE SE CONTA DA EDUCAÇÃO NA CIDADE	20
A ESCOLA DOS SEIXAS.....	20
ESCOLA MISTA.....	21
ESCOLA REUNIDA.....	21
GRUPO ESCOLAR.....	25
GINÁSIO ESTADUAL.....	33
PARQUES INFANTIS.....	36
ESCOLAS PRIMÁRIAS.....	38
COLÉGIO ESTADUAL.....	38
ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS.....	39
MUNICIPALIZAÇÃO.....	39
CAPÍTULO 3	
PERSONAGENS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM PAULÍNIA	43
OS SEIXA QUEIROZ.....	43
MARIA LUIZA GUERRA SIDANEZ.....	45
MARCELO AMATTE.....	46
AMÁLIA LEGENDRE.....	49
CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

INTRODUÇÃO

Toda cidade tem sua história. O presente estudo se baseia nesta premissa e se detém na análise da historiografia da educação na cidade de Paulínia. Assim, configura-se em uma pesquisa sobre a produção histórica do município, buscando destacar e perceber dentro destas produções como a educação aparece, quais fatos, quais autores, quais sujeitos, moradores, professores, quais práticas, instituições, entre outros, que aparecem nestes escritos, não deixando pois de citar os autores que se dedicaram a esta escrita histórica e seus contextos.

Motivada pela questão “Qual a história da educação de Paulínia?” parto nesta empreitada em busca de conhecer um pouco mais sobre o município que me acolheu. Assim como muitos dos seus moradores, eu e minha família viemos para Paulínia em 1999. Foi por esta cidade linda, que acolheu a mim e a minha família tão gentilmente, capaz de proporcionar momentos únicos e inesquecíveis, que me apaixonei e me tornei como descreve o hino da cidade, “paulinense de berço e adoção”.¹ Após diversas pesquisas, em sites, bibliotecas, arquivos e outros, na ânsia de conhecer um pouco mais, particularmente sobre a história relacionada à educação, minha atenção foi chamada principalmente por causa da inexistência de obras destinada exclusivamente à história da educação na cidade.

¹Hino oficial de Paulínia, escrito por João Gurgel Júnior e música de Fausto Massaíni. Tornou-se hino oficial através da Lei Municipal nº739 de 24 de agosto de 1981. Disponível em: <http://cmpaulinia.sinoinformatica.com.br/camver/LEIMUN/1981/00739.pdf> Acesso em 21/09/2013.

O município de Paulínia está localizado à cerca de 118 quilômetros a noroeste da Capital do estado de São Paulo, faz parte da Região Metropolitana de Campinas (RMC) e conta com 89.511 habitantes².

A cidade é conhecida por seu importante polo petroquímico. A colonização desta área ocorreu devido à construção das estradas de ferro, principalmente da Estrada de Ferro Carril Agrícola Funilense e das fazendas em seu entorno que geravam muitas oportunidades de emprego, principalmente para imigrantes. Porém, sua história como polo petroquímico começou em 1942, quando ainda não emancipada de Campinas, a Rhodia Poliamida Ltda. se instalou em uma fazenda onde hoje localiza-se a cidade. Com a inauguração desta empresa, a renda provinda da arrecadação de impostos não parava de aumentar, gerando, a partir de 1956 no distrito, um considerável movimento emancipatório, liderado pelo aposentado da Assembleia Legislativa do Estado, José Lozano de Araújo. Este movimento culminou em 06 de novembro de 1963 com o plebiscito decidindo sobre a autonomia política do Distrito. E em 28 de fevereiro de 1964 o Diário Oficial do Estado de São Paulo publicou a Lei nº 8092³, criando o município de Paulínia.

Porém, o que consagrou mesmo a cidade como polo petroquímico foi a construção da REPLAN (Refinaria do Planalto Paulista), em fevereiro de 1972⁴, configurando-se como a maior refinaria do sistema PETROBRAS (Petróleo Brasileiro), responsável pelo refino de 20% de todo o petróleo processado no Brasil. Além da Rhodia e da REPLAN outras empresas desse ramo se instalaram na região (PACHECO, 2010), e é por essas e

² Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php> Acesso em: 17 DE jun. de 2013.

³ Disponível em: <http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/224123/lei-8092-64> Acesso em:17 ago. de 2014

⁴ Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/principais-operacoes/?category=1> Acesso em: 17 de set. de 2013.

outras que a cidade apresenta um grande potencial econômico, exhibe a sétima maior renda *per capita* do país e uma alta arrecadação de impostos gerados pelas empresas instaladas em seu entorno (PACHECO,2010). Segundo o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) a cidade foi elevada em 2006 à primeira posição no ranking de receita tributária per capita municipal — R\$ 9.973⁵.

Em busca de melhores condições de vida e de trabalho muitas pessoas têm migrado para a cidade em busca de oportunidades. Por conta disso o crescimento populacional de Paulínia tem sido o maior dos últimos anos de toda a Região Metropolitana de Campinas (CUNHA; DUARTE, 2006). Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) entre 2010 e julho de 2012 o crescimento populacional de Paulínia foi quatro vezes maior que a média nacional. Enquanto a média nacional de crescimento populacional configura-se 1,1%, Paulínia tem índices de 5,6%⁶.

Neste percentual de migrantes incluo a mim e a minha família. Natural de Campinas, me vi forçada a mudar para a cidade vizinha em 1999 em busca de melhores condições de vida e um emprego na cidade.

Assim que a maturidade e a curiosidade aumentaram comecei minha busca sobre a história de Paulínia. Com apenas 50 anos da emancipação da cidade a produção histórica do município é ainda pouco volumosa. Mas, o que me chamou à atenção e mobilizou a escrita deste trabalho de conclusão de curso foi, especificamente, a história da educação de Paulínia.

⁵ Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,petroleo-fez-riqueza-de-paulinia,81842.0.htm> Acesso em: 07 jan. de 2014.

⁶ Disponível em: <http://www.portaldepaulinia.com.br/home/noticias-de-paulinia/cidade/17067-populacao-de-paulinia-cresce-quatro-vezes-mais-que-a-media-nacional.html> Acesso em: 19 nov. de 2014.

Para tanto, o presente trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo “Características da produção sobre a história de Paulínia” dedica-se a descrever as principais características da produção existente sobre a história de Paulínia, baseando-se principalmente em dois autores que se dedicaram à escrita da história da cidade: Jolumá Brito e Meire Terezinha Müller. Partindo da escrita destes autores o capítulo configura-se como uma análise das produções, contendo desde a contextualização histórica do processo de escrita às particularidades de cada autor.

O segundo capítulo, “A história que se conta da educação na cidade” é o cerne deste trabalho, pois dedica-se a descrever todos os fatos históricos, presentes nas produções previamente apresentadas com o enfoque na história da educação no município.

E o terceiro capítulo, “Personagens da história da educação em Paulínia” é destinado à escrita da história de vida de personagens, ou feitos que os fizeram tornar pessoas ilustres na história, pois de uma forma ou de outra, contribuíram para a educação da cidade através dos anos.

CAPÍTULO 1:

CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO SOBRE A HISTÓRIA DE PAULÍNIA

Após pesquisar a história do município, foi possível encontrar diversas fotos, relatos, arquivos, legislações entre outros. Porém, não foi encontrada uma produção historiográfica sistemática sobre a história da educação no município, mas sim obras que se dedicaram à escrita da história e trazem importantes elementos da educação como parte constituinte da história da cidade.

Neste capítulo utilizaremos estes autores e seus contextos de escrita para conseguir detalhar as características de ambas as produções e a quais assuntos cada um, em sua particularidade, se dedica.

Os autores a que me refiro são Jolumá Brito e Meire Terezinha Müller Soares.

Segundo Carnielli (2007), João Batista de Mello Brito Sá, mais conhecido pelo seu nome artístico Jolumá Brito, foi radialista, historiador, jornalista, escritor e ilustre morador da cidade de Campinas. Responsável pela criação da primeira estação de rádio de Campinas, do Lions Clube Norte, da Academia de Letras e Sociedade de Cultura Carlos Gomes.

Nascido em Espírito Santo do Pinhal em 1905, Jolumá veio para Campinas ainda muito novo, aqui completou o ensino primário e depois foi trabalhar como jornaleiro para auxiliar nas economias da casa. Quando estudava no colégio Bento Quirino, foi que Jolumá teve a oportunidade de dirigir seu próprio jornal, *The Pupil*. Após essa experiência Jolumá tomou gosto pela coisa e em 1920 começa a sua carreira no Diário do Povo,

porém foi com o rádio que Jolumá notabilizou-se, sendo um dos responsáveis pela criação da estação de rádio PRC-9 (futura rádio Educadora de Campinas).

A dedicação de Jolumá à escrita da história começa no início da década de 1930, quando decidiu escrever a biografia de “Carlos Gomes: o Tônico de Campinas”, trabalho pelo qual ganhou dez contos de réis e publicação gratuita pela editora Record de São Paulo.

Após escrever esta biografia, ele passou a dedicar-se à escrita da história, não somente a de Paulínia, mas também da cidade vizinha, Americana, e principalmente a escrita da história de Campinas.

Aproveitando-se de seu trabalho como tabelião do cartório no 2º Registro de Imóveis de Campinas, decidiu lançar-se na empreitada de escrever “toda a história de Campinas”, da fundação até o século XIX, o que resultou em vinte e seis volumes da “História da cidade de Campinas”, impressos pela editora Saraiva entre 1956 e 1965. (CARNIELLI, 2007).

Foi através da fama adquirida pela publicação destes livros que Jolumá acabou por receber trabalhos por encomenda, dentre eles a missão de escrever a história da cidade de Paulínia, missão esta delegada a ele pelo então prefeito da cidade Vicente Amatte, em 1970 através da Lei nº 223 de 17 de abril de 1970:

A Câmara Municipal Decreta, e eu, Prefeito Municipal de Paulínia, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Prefeito Municipal autorizado a contratar, com escritor comprovadamente renomado, a elaboração de um livro sobre a História de Paulínia.

Art. 2º- Para fazer face à despesa de que trata o artigo anterior, fica o Executivo autorizado a abrir, na Contadoria Municipal, um crédito especial de NCR\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros novos).

Parágrafo Único- O valor do presente crédito será coberto com o recurso proveniente do produto de operações de crédito que o Prefeito fica autorizado a realizar.

Art. 3º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário
(PAULÍNIA, Lei nº 223, de 17 de abril de 1970. Disponível em: <http://camara-municipal-da-paulinia.jusbrasil.com.br/legislacao/665880/lei-223-70>
Acesso em: 10 set. de 2014)

Para escrever a história de Paulínia o então prefeito Vicente Amatte escolheu Jolumá Brito. Este por sua vez não escondeu a lisonja ou economizou elogios ao prefeito na introdução do primeiro livro do seu empreendimento:

Vicente Amatte está remodelando, refundindo, acarinhando como trabalhador, que não tem hora para se levantar, manhãzinha, ainda, e contemplar a obra de um homem do nosso século que dá ao Brasil tôda uma vida devotada ao amanhã e até ao gesto de acariciar a terra que o acolheu de braços abertos. Ele paga o tributo de todo brasileiro, honradamente, com seu sacrifício pessoal e a altivez de um quase cabôclo, mandando restaurar e estruturar a história de uma terra que será num amanhã próximo, espelho refletindo a grandeza do Brasil nas águas mansas do rio Atibáia! (BRITO, 1972, p.10).

Analisando o primeiro volume da obra do autor, notamos que Jolumá começa e dedica-se em sua maioria à escrita da história da cidade, principiando desde o início da civilização nas terras próximas ao Atibaia, decorrente da doação de terras, as sesmarias, pelo Reino de Portugal em 1799, as famílias donas das sesmarias e as principais fazendas que faziam parte dela.

Pode-se observar que neste volume não só o primeiro capítulo, mas como a maioria deles, pois são 13 capítulos (37,14%) destinados a “... conservar e continuar uma civilização provecta. Não porque dê soluções positivas ao nôvo aspecto dos conflitos vitais, a vida é sempre diferente do que foi, mas evita cometer os erros ingênuos de nosso tempo.” (ORTEGA; GASSET, 1957 apud. BRITO, 1972).

O livro também dá grande ênfase a moradores e pessoas ilustres que marcaram a história da cidade, (40% dos capítulos são destinados a eles). Nomes como Major Artur Nogueira, José Paulino Nogueira, Francisco de Paula Camargo entre muitos outros⁷ conquistaram um espaço entre as linhas do autor.

O autor menciona também em seu livro as características e evolução durante os anos dos serviços de infraestrutura local, como a eletricidade, higiene, saúde pública, telefone, água, policiamento e trânsito. Outra característica da cidade que não passa em branco à escrita de Jolumá é relacionado a Igreja local e as características da vida religiosa da população.

Somente nos últimos capítulos deste seu primeiro volume é que o autor escreve sobre assuntos relacionados à Educação. Estes capítulos dedicam-se a história das escolas da cidade e principalmente sobre o Grupo Escolar, e também leva em conta a então recente criação do Ginásio Estadual em Paulínia.

A Prefeitura Municipal de Paulínia vê em Jolumá a pessoa responsável pela escrita memorial da história da cidade. Um ano após esta missão ser designada ao escritor e ainda antes mesmo da publicação deste livro memorial, a administração da cidade acreditava que a história local não estava sendo contemplada em sua totalidade em apenas um volume, havendo, portanto a necessidade de dar continuidade a esta escrita.

Foi partindo disto que em 12 de outubro de 1971, o prefeito Vicente Amatte encaminha à Câmara Municipal de Paulínia e seu presidente sr. Guido Berton o pedido de aprovação do projeto de Lei nº 00060/1971:

⁷ Mais nomes que constam dentre os citados no livro: José Guatemozin Nogueira; Os Seixas Queiroz; Os Piva; Hélio José Malavazzi; A família Pigatto; Dois Pietrobons; Lélío Coluccini; Wellington Masotti; Padre Antônio C. Magalhães; Dr. Francisco de Araujo Mascarenhas e Outros pioneiros.

“A fim de ser apreciado por esta Câmara Municipal, tenho a honra de encaminhar a Vossa excelência, por meio deste, projeto de lei que dispõe:

a) autoriza a compilação de dados para o segundo volume da “História de Paulínia” e

b) autoriza a abertura de crédito especial para esse fim.

Devo esclarecer à Vossa Excelência que o primeiro volume, já em fase de concorrência, será editado brevemente.

Sem, mais reintegro à Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima distinta consideração.” (PAULÍNIA. Câmara Municipal. Projeto de Lei 00060/1971. Autoriza a compilação de dados para o segundo volume da `história de paulínia` e a abertura de crédito especial. Disponível em: <http://cmpaulinia.sinoinformatica.com.br/camver/PLLEGI/1971/00060.pdf> Acesso em: 19 set. 2014.

Diante do notável pedido, o presidente da Câmara aprova em 8 de novembro o projeto de lei e delibera:

A Câmara Municipal Decreta, e eu, Prefeito Municipal de Paulínia, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a mandar proceder à compilação de dados para o segundo volume da "História de Paulínia", que ficará a cargo de pessoa especializada.

Art. 2º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, na Contadoria Municipal, um crédito especial de CR\$(doze mil cruzeiros), a fim de atender às despesas de que trata o art. 1º desta Lei.

Parágrafo Único- O valor do presente crédito será coberto com o produto de operações de crédito que o Poder Executivo fica autorizado a realizar.

Art. 3º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.(PAULÍNIA, Lei nº 337, de 08 de novembro de 1971. Disponível em <http://camara-municipal-da-paulinia.jusbrasil.com.br/legislacao/665598/lei-337-71> Acesso em: 15 set. de 2014)

Com a Lei autorizada e o crédito especial disponível, Jolumá Brito começa a produção de seu segundo volume sobre a História de Paulínia.

Para ocupar as primeiras páginas de seu segundo volume Jolumá decide trazer duas matérias de jornais, uma do “O Estado de São Paulo” e outra do “Correio Popular”

que exaltam a iniciativa do prefeito Vicete Amatte e dele próprio, preocupados em escrever a história de uma cidade, explicitando ainda nestas matérias a repercussão deste trabalho.

Posteriormente Jolumá dedica-se nos seis capítulos subsequentes a narrar a biografia do então prefeito da cidade, desde seu nascimento, sua campanha para prefeito, o seu vice-prefeito, como foi o período do seu governo, como estava Paulínia sob a sua administração e como foi o fim de seu governo.

Nota-se neste volume uma maior preocupação do autor em escrever sobre a história do município, pois somam ao todo 15 capítulos (31,91%), dos 47 que compõem o volume, destinados a esta empreitada. Dentro desta temática alguns dos títulos dos capítulos que se destacam são: População e seu Crescimento; Organização da Prefeitura em 1972; Plano Diretor; Paulínia, Área de Segurança Nacional, entre outros.

Seguindo a linha de seu primeiro livro Jolumá prestigia aqueles que ele acredita que foram cidadãos importantes e ilustres para a história local. Dentre os que garantiram seus lugares de honra, com um capítulo todo destinado à sua pessoa, situa-se o já citado prefeito, e seu vice Luís Vansan, Dr. Mário Ferraris, Fernando Paolieri, Marcello Amatte, João Lanaro, Palimércio de Oliveira Pinto, entre outros⁸. Somando no total 10 capítulos (21,27%) destinados a estas autoridades e cidadãos “ilustres”.

Sobre o destaque dado a estas pessoas o autor deixa claro na introdução do terceiro volume, que ele escreve sobre elas, pois, estas figuram-se como pioneiros e fundadores da cidade, por isso merecem serem reconhecidos como participantes na construção da História:

⁸ Somam-se a estes: Odival Antônio Pazzetti, Ary Rodrigues e os Vereadores.

“Pessoas que não conhecem a história propriamente e sua evolução estranham que seus antecessores, pais ou avós “não figurem na História da Cidade de Paulínia como seus fundadores”. É porque não o foram, evidentemente. Pioneiros, sim, são aqueles cujos nomes temos citado não só neste como no primeiro volume desta narrativa, que tem merecido mais louvores do que críticas. História não se escreve sem H.” (BRITO, 1974, p.9)

Distinguindo-se de seu primeiro volume, observa-se nesta segunda obra que o autor não se destinou a escrever nenhum capítulo sobre religião, religiosidade dos munícipes, nem igrejas. Porém, podemos perceber que o autor dedicou-se um pouco mais à história da educação, no total somam-se 4 capítulos (8,51%), que discorrem sobre as Escolas Públicas e Municipais, os Parques Infantis, o Ginásio Estadual, e sobre a Alfabetização de Adultos em Paulínia, antecipando-se ao Movimento de Alfabetização Brasileiro (Curso Mobral).

Em todos os acontecimentos narrados até então, o Brasil passava por um difícil momento de Ditadura Militar. É importante salientar que Paulínia foi emancipada no mesmo ano do Golpe Civil Militar de Estado que tirou João Goulart do poder.

Quando em 22 de maio de 1970 o então presidente militar do Brasil, Emílio Garrastazu Médici, assinou um decreto declarando Paulínia⁹ área de interesse da

⁹ Dentre os municípios que foram considerados área de interesse da segurança nacional contam também com os municípios de Castilho (SP) e Três Lagoas (MT).

Segurança Nacional¹⁰, este decreto presidencial é baseado no artigo 15, parágrafo 1º alínea “b”, *incapacidade civil absoluta*⁷, da Constituição Federal.

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II - incapacidade civil absoluta;

III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

(BRASIL. Constituição, 1988).

Em consequência deste decreto, Paulínia, a partir desta data, não poderia mais eleger seus prefeitos, mas estes passaram a ser nomeados pelo Governador do Estado mediante prévia autorização do Presidente da República.

Mediante tal transformação do cenário político do país, o prefeito Vicente Amatte governou Paulínia até o último dia de seu mandato, sendo substituído pelo sr. Dr. Reinaldo Calil, advogado, figura eminente e amigo particular do então Governador do Estado, Laudo Natel¹¹.

¹⁰ A Lei de Segurança Nacional, promulgada em 4 de abril de 1935, definia crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais. A LSN foi aprovada, após tramitar por longo período no Congresso e ser objeto de acirrados debates, num contexto de crescente radicalização política, pouco depois de os setores de esquerda terem fundado a Aliança Nacional Libertadora. Nos anos seguintes à sua promulgação foi aperfeiçoada pelo governo Vargas, tornando-se cada vez mais rigorosa e detalhada. Em setembro de 1936, sua aplicação foi reforçada com a criação do Tribunal de Segurança Nacional. Após a queda da ditadura do Estado Novo em 1945, a Lei de Segurança Nacional foi mantida nas Constituições brasileiras que se sucederam. No período dos governos militares (1964-1985), o princípio de segurança nacional iria ganhar importância com a formulação, pela Escola Superior de Guerra, da doutrina de segurança nacional. Setores e entidades democráticas da sociedade brasileira, como a Ordem dos Advogados do Brasil, sempre se opuseram à sua vigência, denunciando-a como um instrumento limitador das garantias individuais e do regime democrático. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional> Acesso em 17 de abr. de 2014.

¹¹ Laudo Natel foi eleito como candidato neutro à vice governador do Estado em 1962. Na ditadura Militar foi convocado pelo então presidente Castelo Branco para que assumisse o governo do Estado de São Paulo, cargo ocupado até então por Adhemar de Barros. Ele só voltaria à política em 1970, quando a Arena o

Após sua nomeação pelo Governador o novo prefeito Reinaldo Calil assumiu a prefeitura em 1º de fevereiro de 1973.

No mandato de Calil, em 12 de junho de 1974 através da Lei nº 448, o então prefeito, seguindo os passos de seu antecessor, autorizou a compilação de dados para “A História de Paulínia” em seu terceiro volume.

A Câmara Municipal decreta e eu, prefeito do município de Paulínia promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º-Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, com pessoa especializada, a compilação de dados necessários a elaboração do terceiro volume da “História de Paulínia”.

Art. 2º–Para fazer face as despesas de que trata o artigo anterior, bem como, com a impressão do segundo volume de conformidade com a Lei nº 337/71, fica o executivo autorizado a abrir, na Contadoria Municipal, um Crédito Especial de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).

(PAULÍNIA. Lei nº 448, de 12 de junho de 1974 Disponível em: <http://cmpaulinia.sinoinformatica.com.br/camver/LEIMUN/1974/00448.pdf> Acesso em 15 de set. de 2014).

Mesmo com a mudança política, Jolumá ainda é o designado para esta escrita. O terceiro volume de sua obra, assim como o volume anterior inicia-se com um prefácio do

indicou para a eleição indireta ao Governo de São Paulo. Sem concorrentes, assumiu o cargo. Os quatro anos de mandato, foram marcados por projetos de desenvolvimento do interior paulista, sua principal preocupação era propiciar a todo o Estado a infraestrutura necessária para as cidades adquirirem condições de buscar seu crescimento econômico. (VIVEIROS, Ricardo. **Lauda Natel: Um bandeirante**. Imprensa Oficial, 2010).

“*Correio Popular*”, datando de 28 de fevereiro de 1974 escrito por João Lanaro¹². Seguido de posterior introdução escrito pelo próprio autor.

Como de costume o capítulo seguinte é destinado à biografia do prefeito, Reinaldo Calil. O autor inicia a escrita do livro focando principalmente o crescimento populacional que a cidade estava enfrentando desde a inauguração da REPLAN. Visto que essa demanda aumentou consideravelmente em um curto espaço de tempo, Jolumá dedica-se portanto, em narrar como a administração municipal resolveu os problemas de infraestrutura de todos os tipos, para atender a esse contingente.

Baseando-se principalmente no tema supracitado o autor dedica 8 (13,11%), dos 61 capítulos constantes deste volume a questões de infraestrutura e serviços básicos. Esses capítulos destinam-se a descrever entre outras coisas sobre transporte, segurança pública, bancos, telefone, correios, água e esgoto, centro de saúde, construção habitacional e serviço social.

Sem deixar a história de lado o autor dedica grande parte de sua obra à narrativa histórico-memorialista, ao todo somam-se 30 capítulos (49,18%), em que o autor dedica-se a narrar fatos históricos, como a confecção e escolha do brasão, bandeira e hino da

¹²João Lanaro, jornalista, contista, ensaísta, teatrólogo e funcionário público nasceu em Campinas, no dia 26 de Março de 1909. Homem de extraordinária elasticidade mental e de invulgar capacidade de adaptação, - Jornalista emérito e com larga folha de serviço já prestada à imprensa de Campinas. Iniciou sua vida jornalística ao lado de Tasso Magalhães, no “Correio Popular”, como redator forense. Posteriormente trabalhou em vários outros órgãos de imprensa tais como o “Diário do Povo”, “A Gazeta”, “A Defesa”, “Comércio e Indústria de Campinas”, “Palmeiras” “Correio d'Oeste”, etc. havendo em todos eles ocupado posição de relevo. Já foi vereador por Campinas em várias legislaturas, estando atualmente “vacinado” contra a política. Possui inúmeros diplomas, incontáveis medalhas, troféus e honrarias, pelos valiosos serviços prestados à comunidade campineira e à causa da humanidade. É o atual assessor de imprensa da Prefeitura de Paulínia. (PIAUI, Francelino S. Campinas Biográfica (17). Correio Popular, Campinas, 22 abr., 1973. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=0CDoQFjAF&url=http%3A%2F%2Fwww.bibliotecadigital.unicamp.br%2Fdocument%2F%3Fdown%3DCMUHE034057&ei=xs1DVPztH4PmsATh9IFg&usq=AFQjCNGO143T9gTUPFqdleIFIZRuyF5s5A>
Acesso em 19 de jul. de 2014.

cidade, a história de criação de alguns bairros e conjuntos habitacionais da cidade entre outros.

Os cidadãos ilustres e cujos feitos foram de grande valia para a cidade não deixam de ser citados. Dentre eles encontram-se o já citado prefeito Dr. Reinaldo Calil, José Louzano de Araújo, José Faber de Anchieta Prado, Joaquim Nogueira Ferreira, Aristóteles Costa, a professora Edna Vosgrau, o professor Wallace de Oliveira Guirelli entre outros¹³, somando ao todo 15 capítulos (24,59%) sobre personagens que fizeram parte da constituição histórica da cidade e por isso mereceram um capítulo denominado à sua pessoa.

Como no segundo volume de sua obra, os aspectos religiosos não são retratados, porém nota-se uma ênfase maior em relação aos outros volumes nos aspectos da educação. São ao todo 7 capítulos (11,47%) que destinam-se a contar um pouco mais sobre as Escolas e as crianças do município, o Centro Infantil Municipal, o Centro Educacional de Paulínia, o novo prédio escolar, escolas em geral, aspectos educacionais e atividades culturais.

Apesar de ser uma escrita enviesada, por tratar-se de uma escrita encomendada pela prefeitura, vemos que estas obras são de grande valia para a história da cidade, não somente por ser a primeira, mas principalmente por configurar-se como uma das poucas obras sobre o assunto e por abranger um espaço tão grande de tempo.

Outra produção histórica que analisaremos neste trabalho, constitui-se em uma dissertação de mestrado, defendida por Meire Terezinha Müller Soares, no ano de 2004 no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Meire foi Diretora e Secretária da Educação do município de

¹³ Somam-se a eles Dr. Amilar Falivene Roberto Alves, Dr. Roberto Chiminazzo, Dr. Wanderley Fernandes, Laerte de Moraes, Iraucio Gomes, Renato Lázaro Piva, Hélio Martini e os vereadores.

Paulínia (1993 - 2000) e Secretária da Criança e do Adolescente, da mesma cidade (2010 - 2012).¹⁴

Nessa obra, a história da cidade é articulada à história da educação. Partindo da sua posição privilegiada na Prefeitura Municipal de Paulínia, Meire escreve sua dissertação de mestrado denominada “*O impacto da industrialização no sistema educacional de municípios agrários: A trajetória de Paulínia, SP.*” Com este estudo a autora buscou investigar o impacto que o capitalismo industrial e a instalação de empresas acarretam ao sistema escolar de municípios agrários, utilizando-se como exemplo e campo de observação a cidade de Paulínia.

A autora baseou-se principalmente em fontes primárias e secundárias, buscando sempre as relações estabelecidas entre as empresas, o capitalismo industrial e as escolas, principalmente quando ocorre a implementação da Refinaria da Petrobras no município no início dos anos 70. Pois esse fato acarreta no aumento do número das unidades escolares, da demanda e a democratização da escola demonstrando a importância que é atribuída ao sistema escolar principalmente com o advento da industrialização.

A autora não deixa de salientar a intensa migração que é desencadeada neste período, visando proporcionar mão de obra para a refinaria. Segundo a autora, esta migração traz consigo o interesse das camadas populares pela educação, visando o ingresso no mercado de trabalho. A preocupação com a formação destes educandos é visível através de dados trazidos pela autora que mostram a adaptação da escola a essa nova realidade, preocupados em formar operários para este modelo ocupacional (SOARES, 2004).

¹⁴ Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2338718353156421>> Acesso em: 17 jan. 2014.

Adentrando à escrita, a dissertação da autora é dividida em três capítulos. No primeiro deles, a autora dedica-se a narrar um quadro geral, sobre o avanço do capitalismo no Brasil e depois mais particularmente na região de Campinas. Como abordagem inicial a autora dedica-se ao capitalismo brasileiro, bem como do seu avanço em São Paulo e em Campinas na Primeira República. Posteriormente a autora faz um panorama da economia brasileira na Segunda República, sem deixar de tratar do milagre econômico brasileiro e as crises do petróleo, fazendo, portanto uma retrospectiva histórico-sócio-econômica, situando a região no contexto do capitalismo nacional e internacional, e as crises que levaram o governo brasileiro a investir na criação e implantação de refinarias de petróleo, na década de 70, como resultado do desenvolvimento do programa “o petróleo é nosso”¹⁵ iniciado em 1951.

No segundo capítulo é apresentado um panorama da educação brasileira a partir do final do século XIX até os anos 70 do século XX, discorrendo sobre a Educação e a República e sobre a configuração de Campinas como suporte político, econômico e educacional na Primeira República. Olhando mais precisamente para a educação em Campinas, pois foi primeiramente desse município que Paulínia teve sua origem, a autora faz uma breve explanação sobre seus grupos escolares.

E por fim, o terceiro capítulo, que encerra sendo o mais importante para análise neste trabalho, pois discorre sobre a Educação no município de Paulínia. Neste capítulo são apresentados os comportamentos da escola pública, quando esta se vê frente ao processo de industrialização, e a dialética da relação entre a escola e a sociedade, mediadas pelo processo de acumulação de capital. Para tanto, a autora faz primeiramente

¹⁵ A Campanha “O Petróleo é Nosso” desenvolvida por Getúlio Vargas tinha como objetivo principal estatizar e nacionalizar o petróleo, diminuindo os gastos com as importações do mesmo. Disponível em: <http://www.desconversa.com.br/geografia/resumo-governo-de-getulio-vargas-1951-1954/> Acesso em: 17 abr. 2014.

um apanhado sobre a história da educação no município, refletindo sobre as permanências e rupturas observadas no sistema econômico, na sociedade e no sistema escolar ao longo dos anos, trazendo um panorama histórico da cidade.

Passando para o início da industrialização, a autora trata sobre a abertura de tecelagens e a chegada das primeiras indústrias precedidas pela Rhodia Ltda., que instalou-se na região na década de 40. Ainda neste capítulo a autora trata sobre a alteração política que ocorreu na localidade quando esta passou de distrito a município, e como, mesmo com essa mudança, as limitações educacionais existentes outrora ainda permanecem.

Fechando o ciclo, a autora aborda a chegada e instalação da Petrobras nos anos 70, descrevendo os acordos políticos, conchavos e polêmicas que circundam a escolha de Paulínia para a implantação da maior refinaria de petróleo da América Latina, evidenciando até os impactos ambientais, sociais, econômicos, e culturais advindos desta.

Para finalizar o capítulo a autora faz uma análise sobre a dissolução da rede pública estadual de ensino fundamental, refletindo sobre o processo que culminou com a municipalização do ensino no ano de 1998, travando, pois, um diálogo com as leis que possibilitaram esta municipalização e transferência da responsabilidade do Estado aos Municípios e as consequências desse processo no cotidiano escolar.

É claro que, principalmente pelas causas motivadoras, que estas duas obras são distintas. Os três volumes de Jolumá, como escrita encomendada que foi, dedica grande parte de sua obra a sujeitos individuais que marcaram a história da cidade, porém nota-se que a maioria destas pessoas, com exceção de alguns professores, referem-se à figuras

políticas, pois esta é a natureza de sua obra, uma obra enviesada politicamente. Ao contrário do que acontece com Meire Mulher Soares, cuja preocupação é que a escrita corresponda aos protocolos acadêmicos, baseando-se em pesquisas e levantamento bibliográfico tem a finalidade de evidenciar uma análise crítica em sua dissertação. Mesmo ao discorrer sobre professores e figuras ilustres a autora não dedica muitas linhas a esta empreitada, pois não é este seu alvo.

Diante destas breves descrições sobre as obras dos dois autores supracitados, percebe-se que a obra memorialista encomendada pela Prefeitura à Jolumá serviu de base referencial para a futura pesquisadora do assunto Meire Muller, mesmo esta partindo de premissa diferente, pois buscava pesquisar o impacto nos sistemas educacionais de municípios agrários, como Paulínia, em decorrência da industrialização. A autora porém, para ser capaz de fazer isso precisou previamente de contextualizar-se na obra de Jolumá, usando está como uma base histórica para sua produção.

Mesmo com tantas distinções e particularidades as duas obras se complementam, contribuindo aqui e ali para a compreensão da totalidade deste período em particular da história da educação de Paulínia. Visando evidenciar as particularidades trazidas nestas obras é que o próximo capítulo dedica-se a descrever o que se conta da educação na cidade, utilizando-se para isso informações de ambos os autores, mas em vez de dividi-los e contar separadamente o que cada um escreveu, resolvi fazer uma escrita corrida, um autor dialogando e complementando o que o outro escreveu.

CAPÍTULO 2:

A HISTÓRIA QUE SE CONTA DA EDUCAÇÃO NA CIDADE.

Baseado no conjunto de obras apresentadas no capítulo anterior “História da cidade de Paulínia” volumes 1, 2 e 3 e na dissertação “O impacto da industrialização no sistema educacional de municípios agrários: A trajetória de Paulínia-SP” é que dedico-me neste capítulo a compreender a história que as obras supracitadas contam sobre a educação na cidade. Vale ressaltar que na compreensão dos autores, Jolumá e Meire, a história da educação é descrita em função da sua organização institucional. A forma como entenderam-na é o objeto deste capítulo.

A ESCOLA DOS SEIXAS

A educação em Paulínia, remonta a presença de duas escolas na Vila de José Paulino, em 1899. Uma delas é a escola de José de Seixas Queiroz, que é criada quando Seixas e sua família mudam-se para a Vila, fugindo do surto de febre amarela que assolava Campinas em 1899 ao mesmo tempo em que o patriarca da família almejava uma nova oportunidade de emprego.

A matriarca da família, dona Maria das Dores Leal de Queiroz, catequista, e preocupada com a educação de seus filhos, ao perceber a falta de iniciativa pública no local e não querendo interromper os estudos dos filhos passa a alfabetizá-los, preenchendo seu tempo como dona de casa alfabetizando não só seus filhos, mas os da vizinhança também, entre eles filhos de colonos, comerciantes e ferroviários. A Escola dos Seixas não era adaptada, nem seriada, o ensino era pautado nos conhecimentos empíricos necessários às relações de trabalho, ao lar e a fazenda. Ali eram ensinados

rudimentos de gramática, história pátria, aritmética e para os meninos também ensinavam-se medições de terras, desvios de cursos d'água, cubicagem de madeira e areia, e para as meninas também ensinavam-se corte e costura, bordados, culinária, puericultura e higiene.

No ano de 1912 somam-se à Escola dos Seixas as professoras dona Ambrosina Ferreira Garcia de Andrade, dona Maria Luiza Sales, dona Maria Luiza Guerra Sidanez e Guiomar de Seixas Queiroz.

A outra escola que as obras fazem menção é a pequena escola localizada no sítio Fortaleza, sob a égide da primeira professora a que a história faz menção, dona Aurélia Seixas. Ambas as escolas descritas eram de iniciativa particular.

ESCOLA MISTA

Era por esse nome que era conhecida a Escola de iniciativa particular sob a égide de D. Aurélia Seixas, esta contava com apenas uma classe que atendia a todas as quatro séries, sendo que a maioria dos alunos eram das três primeiras séries visto que evadiam após o breve aprendizado.

ESCOLA REUNIDA

A partir de 1921 ocorre uma expansão dos Grupos Escolares na zona urbana, acompanhados pelas Escolas Reunidas ou Isoladas na zona rural, passando estas escolas a serem, a partir de então, de responsabilidade não mais da iniciativa privada, mas sim do poder público. Acompanhando esta tendência temos a criação na década de

20 da *Escola Reunida de José Paulino*, que permaneceu quarenta anos no mesmo local, um casarão alugado de imigrantes italianos onde anteriormente havia funcionado a Escola dos Seixas.

Nesta escola eram oferecidas as quatro séries, porém como as crianças precisavam trabalhar desde cedo, estas muitas vezes acabavam evadindo a escola. Segundo Maziero; Soares (1999) antes dos alunos entrarem na escola era necessário a formação de uma fila para cantar o Hino Nacional e outras músicas, e em sala lia-se diariamente “Oração à bandeira”. O mobiliário escolar era composto por carteiras que acomodavam duas crianças, com um orifício no tampo para o tinteiro. Para escrever utilizava-se a pena e mata-borrão, para absorver o excesso de tinta ou possíveis borrões.

Apesar desta escola pertencer ao poder público este não oferecia a merenda escolas, sendo que cada aluno precisava levar seu próprio lanche. Como a maioria dos que frequentavam este estabelecimento de ensino eram crianças pobres, estes levavam pão com banana e os com melhores condições levavam pão com mortadela, batata cozida, doces e broas feitos em casa.

Maria Luíza Guerra Sidanez foi a primeira professora a ser nomeada para lecionar na Escola Reunida, ela é a primeira professora a residir no município, mas sua importância na história deve-se ao fato de seus familiares terem doado ao Museu Municipal suas anotações de sala e programas de ensino que servem como importante fonte histórica sobre a metodologia, conteúdos programáticos e planejamentos utilizados por ela nos anos 10 e 20 do século passado. Segundo Soares (2004), estão entre elas as cadernetas de “Pontos”, “Cadernetas de Programas” e “Cadernetas de Dictados”. Meire Müller (2004) faz uma breve análise dos materiais da professora e conclui que os “pontos”

eram preparados por disciplinas, partindo dos livros que posteriormente eram resumidos numa linguagem clara e transmitidos aos alunos, que os copiavam. O currículo do segundo ano contava, segundo as cadernetas, com as disciplinas de *Portuguez, Arithmetica, Geographia, História do Brazil, História Natural, Cosmographia, Zoologia, Physica, Chimica, Educação cívica e moral.*

Segundo documentos da Secretária da Instrução Pública do Estado de São Paulo, Maria Luiza encaminhou em 17 de maio de 1924 uma solicitação pedindo sua transferência para reger a nova classe a ser criada na “Chave de João Aranha”, que havia passado há pouco por recente recenseamento e evidenciado o grande número de crianças sem escolaridade. Enviando em anexo com a solicitação uma lista nominal dessas crianças.

O pedido da professora não foi atendido, mesmo com um segundo requerimento encaminhado ao Exmo. Snr. Dr. Alarico da Silveira, secretário do Interior, contendo um abaixo-assinado dos moradores do local se responsabilizando em oferecer, por exemplo, suas casas para abrigarem essa classe.

Nenhum outro material sobre as Escolas Reunidas pôde ser recuperado, a não ser por dois cadernos da professora Amália Legendre datado de 1909, um de ditados e outro de programas para o 4º ano.

Baseado principalmente nos diários de classe, podemos constatar que a evasão escolar nas Escolas Reunidas era enorme, as crianças permaneciam somente dois, dos três anos primários nas Escolas Reunidas previstos pela Lei nº2.095 de 24 de dezembro

de 1925¹⁶, ocorrendo a evasão quando estas aprendiam a leitura, escrita e as quatro operações matemáticas.

Com a democratização da oferta de ensino, a partir dos anos 40, os problemas com as instalações físicas dos prédios ficam em evidência, pois em sua maioria não passavam de casarões alugados. E as Escolas Reunidas como dito anteriormente não fugia a esta situação.

Segundo Soares (2004), depoimentos de ex-alunos das Escolas Reunidas das décadas de 20, 30 e 40, somados aos cadernos da prof. Maria Luiza permitiram conhecer como era a rotina escolar, os procedimentos metodológicos, os livros enviados pelo Estado e sua utilização em sala de aula, entre outros.

Neste mesmo período se observarmos documentos nacionais é possível perceber o nacionalismo exacerbado no pós-guerra, evidenciado nos livros didáticos. Essa conjuntura nacional pode ser observada também na Vila de José Paulino, principalmente através dos diários de Maria Luiza, que continham em suas páginas uma lista de livros “autorizados” para o uso nas escolas, sendo que cada professor deveria escolher dentre estes o que mais lhe aprazia.

Tal medida, pode ser entendida ao analisarmos as medidas educacionais dos anos 60 e 70 que colocam a educação como um dos componentes fundamentais para a formação de “capital humano”, subordinando assim a educação ao mercado de trabalho. Pode-se inferir destes diários, características marcantes devido ao período de ditadura militar, enfrentado pelo Brasil neste mesmo período, como o carácter desenvolvimentista preocupado com a segurança nacional, forte repressão e controle político-ideológico da

¹⁶ Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1925/lei-2095-24.12.1925.html> Acesso em 03 de set. de 2014.

intelectualidade brasileira, além do desejo de assegurar uma política educacional orgânica visando garantir o controle ideológico sobre todos os níveis de ensino.

GRUPO ESCOLAR

Em 17 de março de 1932 as Escolas Reunidas receberam o nome oficial de Grupo Escolar de José Paulino, ainda em prédio alugado pelo Governo do Estado de São Paulo, na Rua do Comércio, em prédio do sr. Pedro Motta, onde permaneceu de 1917 a 1964. Segundo Soares (2004), este prédio era inadequado, anti-higiênico, sem instalações precisas, não suportava o grande número de crianças que já necessitavam dela, além de o prédio não admitir ampliações.

Com a mudança de bairro José Paulino para distrito Paulínia, através do Decreto-Lei 14334¹⁷ de 30 de novembro de 1944, as escolas e estabelecimentos oficiais também passam por uma mudança no nome, passando o grupo escolar agora a chamar de *Grupo Escolar de Paulínia*.

Acredito que é importante destacar a mudança de nome das instituições, principalmente devido ao fato de que nenhum dos autores das obras aqui estudadas se dedicaram a isso. O Grupo escolar de Paulínia, a partir do decreto n. 16.720, de 15 de janeiro de 1947¹⁸ passou a denominar-se GRUPO ESCOLAR - "DR. FRANCISCO DE ARAUJO MASCARENHAS" em homenagem ao dr. Francisco de Araújo Mascarenhas, médico ilustre que durante a epidemia de febre amarela que assolou Campinas

¹⁷ Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1944/decreto.lei-14334-30.11.1944.html> Acesso em 16/08/2014

¹⁸ Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1947/decreto-16720-15.01.1947.html> Acesso em: 03 set de 2014.

demonstrou grande dedicação e coragem salvando muitas vidas e poupando muitos de sofrimentos.

O grupo escolar, que recebeu inúmeros paulinenses que usavam uniforme simples e caneta tinteiro, contava entre os docentes Dona Zulmira de Oliveira Critter, Dona Maria Aparecida Buriti e Dona Ernestina Burato. Ocupando os cargos de direção o Grupo contou com D. Auta Siqueira e Sr. Jaime dos Santos.

Visando à melhoria do rendimento escolar e obedecendo às normas educacionais para o ano de 1946, os agrupamentos das crianças nas escolas passam por modificações, sendo que estas passaram a ser agrupadas por idade, não por gênero, com exceção somente quando o número de crianças da mesma idade fosse insuficiente, e que também fosse levado em conta o grau de “homogeneização das competências”, instrução oficializada pela Recomendação nº 01 de 05 de fevereiro de 1946, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, página 18, onde a Comissão Técnica do Ensino Primário recomenda a formação de classes pelo agrupamento homogêneo.

Não há documentos que indiquem a aplicação destas determinações no Grupo Escolar de Paulínia. O que pode-se inferir segundo Soares (2004), é que a Secretária de Educação e Saúde Pública usava estas publicações no Diário Oficial como sendo a forma mais rápida e efetiva de comunicação com seus estabelecimentos de ensino. Há uma pasta no arquivo municipal com recortes das publicações, comunicados e circulares dirigidos aos *ilustres diretores* dos Grupos Escolares.

Em um destes comunicados, datado de 28 de fevereiro de 1946 estabelece que “serão abonadas as faltas por medida profilática, ficando o professor sem nenhum desconto em sua remuneração” e este deveria ser assinado pela “autoridade sanitária”. Essa característica sanitária de educação perdurou durante diversas décadas e pode

também ser observado nas Escolas Reunidas de José Paulino. Como exemplo Soares (2004), traz os livros de *Sciencias, Physicas e Naturaes e Hygiene* de Miguel Milano (1922) que foi utilizado segundo as anotações da caderneta da professora Amália Legendre.

Outra característica nacional que pode ser observada no Grupo Escolar de Paulínia foram as orientações do governo Vargas, que previam a formação de corais e orfeões nas escolas, sob instrução e orientação formalizada por Heitor Villa-Lobos (1887/1959), projeto este que só foi oficializado quando Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação em 25 de julho de 1934. O Grupo Escolar de Paulínia, segundo registros datados de 1946, passou a fornecer ensaio de orfeão, realizado pelo próprio professor da classe, e posteriormente havendo um ensaio semanal em grupos, sob a regência da diretora professora Auta Siqueira.

Com a mudança de Vila José Paulino para Distrito Paulínia, em 1944¹⁹, aumentam em número considerável as reclamações e descontentamentos dos moradores com relação principalmente à falta de infraestrutura no local. Uma das reivindicações que não passou despercebido foi com relação à Escola. Até então Paulínia contava com apenas uma única escola para atender a uma demanda muito maior que a sua capacidade, motivo pelo qual começou a travar-se na cidade uma grande disputa e enfrentamentos entre a prefeitura e a Câmara Municipal de Campinas com a população distrital.

A insatisfação da população principalmente acerca do prédio do Grupo Escolar só aumentou desde os anos de 1917, mesmo quando em 1948 o Distrito conseguiu eleger um vereador e este passou a lutar pela construção de um prédio próprio para o Grupo

¹⁹ Decreto-lei 14.334, de 30 de novembro de 1944. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1944/decreto.lei-14334-30.11.1944.html> Acesso em: 05 set. de 2014.

Escolar, nada foi feito. Até o ano de 1960 a situação do então distrito continuou a mesma, o prédio do Grupo escolar em situação calamitosa já havia passado por duas interdições e colocava a vida das crianças que o frequentavam em risco.

Às vésperas da eleição municipal, a mobilização popular consegue que a Câmara Municipal de Campinas aprove a compra de um terreno de 5.463 metros quadrados destinado à construção de um prédio próprio para o Grupo Escolar, antes pertencente ao Sr. Spirindio Malavazzi. Em 1961, com local próprio providenciado, a Câmara Municipal de Campinas pede que o governo do estado inicie as obras. Passados longos períodos de construção, ocorre a inauguração do prédio próprio do Grupo Escolar, situado à Rua Anchieta, contando com sete salas de aula mantido sob a égide da Diretora dona Helena Cardoso Aires Monteiro. Este teve sua inauguração datada de 1º de maio de 1962, tendo como engenheiro responsável Sr. Paulo de Seixas Queiroz, neto de Dona Maria das Dores Leal de Queiroz. O prédio contava com mil metros quadrados de construção, sete salas de aulas e anfiteatro, situado à Rua Padre José de Anchieta.

O ano de 1962 também marca o início do movimento emancipatório “Amigos de Paulínia” liderados por José Lozano de Araújo, ex funcionário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, experiente nos trâmites políticos e administrativos.

Baseados em conchavos e acordos políticos, visto que para se requerer a emancipação de um município era necessário a realização de um plebiscito, expressando o este desejo dos moradores do local. Porém, para que tal plebiscito fosse feito eram necessários certos critérios demográficos, econômicos e geográficos, de acordo com a Lei 82/63 (SOARES, 2004). Como no momento em que foi realizado tal pedido o distrito contava com apenas 84 casas na zona urbana, o requerimento se fazia inviável.

Quando tal requerimento deu entrada na Assembleia Legislativa seu presidente era Roberto Costa de Abreu Sodré, porém ele estava em viagem ao exterior e quem ocupava seu lugar era a vice-presidente Conceição da Costa Neves, que revogou a Lei 82/63 e fez valer a Lei anterior de 1958, que dispunha sobre números defasados para a época, critérios estes que Paulínia conseguia atender para a sua emancipação. Diante disso, é realizado em 1963 o plebiscito e aprovado com 94% a independência política do Distrito, após intensa campanha realizada pelos “Amigos de Paulínia” com reuniões e palestras.

Pouco antes do Golpe Militar, em 28 de fevereiro de 1964 é publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo a Lei 8092²⁰ criando o município de Paulínia e orientando a população para as eleições a serem realizadas em 1965 que elegeu o candidato único José Lozano de Araújo do Partido Social Progressista. Dentre os planos políticos do candidato contavam com negociações e instalação de uma refinaria de petróleo da Petrobras no município.

Segundo Soares (2004), nos anos subsequentes fez-se notar em Paulínia uma grande onda de exaltação, principalmente evidenciados pela imprensa devido à maior taxa de arrecadação de impostos municipal do Brasil, em 1967.

Com relação à Educação, porém, a situação ainda era a mesma. Contando apenas com o Grupo Escolar que atendia às quatro séries iniciais do fundamental, aqueles que quisessem cursar o ginásial deveriam locomover-se para Campinas ou Cosmópolis, o que pouco acontecia devido principalmente aos altos custos com transporte. Sendo assim, somente os filhos da elite conseguiam terminar seus estudos e a maioria das crianças ficavam impedidas de completar a escolarização.

²⁰ Disponível em: <http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/224123/lei-8092-64> Acesso em: 03 set. de 2014.

Embora houvesse melhorado muito as condições de infraestrutura com a mudança de prédio do Grupo Escolar, neste ainda havia falta de um gabinete dentário para atender as crianças (SOARES, 2004). Após muita insistência e solicitações à Câmara Municipal, foi concedido a instalação destes nos Grupos de Paulínia e Barão Geraldo. Somente em 1967, o sr. Prefeito José Lozano de Araújo conseguiu tal melhoramento, sendo construído o gabinete dentário em sala adequada, ao lado do Grupo Escolar. Porém, as crianças do Grupo ficaram sem atendimento, até o ano de 1971, pois o funcionário titular foi removido do cargo, não havendo, portanto nenhum profissional responsável pelo atendimento.

Vale ressaltar ainda que segundo Jolumá desde 1965, A Caixa Escolar deste Grupo, passou a receber um auxílio, ou donativo, de 100 mil cruzeiros mensais, destinado à “sopa escolar” que ali passou a ser servida desde esta data.

Segundo documentos do Museu Municipal é possível traçar algumas características dos alunos nos anos de 1949 a 1956 do Grupo Escolar, como o asseio com seus materiais, número de professores, exames realizados, cotidiano escolar, taxa de retenção dos alunos nos distintos anos, entre outros.

Percebe-se uma relação diretamente proporcional entre o número de matrículas, evasão e retenção com os anos de crise nacional, pois era necessário que todos os membros da família, inclusive as crianças, fossem inseridas no mercado de trabalho, seja na agricultura, ou em uma das cinco tecelagens existentes em Paulínia neste período.

Baseado nas estatísticas existentes na obra de Soares (2004), pode-se observar e relacionar o avanço das séries com o afunilamento no número de matrículas, pois segundo os documentos em que se baseia, na primeira e na segunda, séries iniciais, havia duas turmas, enquanto que a terceira e quarta série contavam com apenas uma

turma cada. Evidenciando também a grande taxa de evasão existente após a aprendizagem das crianças de ler, escrever e contar.

No ano de 1971, o grupo contava com 21 professoras, atendia a quase mil crianças nos períodos da manhã, tarde e noite, sendo que à noite a Prefeitura Municipal se responsabilizava com o curso supletivo e preparatório para o primeiro ano ginasial (SOARES, 2004).

Podemos concluir que Paulínia, enquanto Vila ou Distrito, recebeu pouca ou nenhuma atenção, já que até a década de 70 a situação referente a educação permaneceu inalterada. Esse quadro só foi alterado com a vinda da Petrobras para o município, que culminou com um enorme crescimento populacional, levando à criação de novas escolas em número mais adequado a demanda.

Com a escolha de Paulínia para instalação da Petrobras, esta cidade experimenta um súbito crescimento populacional. No começo de 1969 encontravam-se em Paulínia 4.413 habitantes, sendo que em dezembro deste mesmo ano este número salta para 12.297. Segundo o jornal da ACP de 29/09/1969 quinze pessoas chegavam a Paulínia por dia querendo saber mais sobre a contratação de pessoas para a obra da refinaria.

Em 20 de maio de 1970, seguindo as especificações da Lei de Segurança Nacional baseada na repressão e autoritarismo do período de ditadura militar no Brasil, assinado pelo Presidente Médici o decreto-lei 1.105 declara:

Art. 1º São considerados de interresse da Segurança Nacional, para os efeitos do artigo 15, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios de Paulínia e Castilho, no Estado de São Paulo e Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso. (Senado Federal, 20/05/1970).²¹

²¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1105.htm acesso em 27 de abril 2014.

Com esta medida as eleições diretas são suprimidas no município, sendo que a escolha do novo governante passaria a ser através de três possíveis sucessores indicados pelo Governador do Estado e que dentre eles o Presidente escolheria um nome para exercer a função de prefeito. Vicente Amatte eleito em 69, governou até o último dia de seu mandato em 1973.

Ainda em 1970, principalmente por causa de reportagens do jornal local, que denunciam a preocupação com o número de vagas escolares para o exercício seguinte, a Prefeitura Municipal a fim de evitar maiores confusões, libera pelo mesmo jornal uma nota se comprometendo a construir mais três salas de aula, além de doar um terreno para a construção de um prédio escolar.

A constante preocupação dos munícipes à cerca da educação é evidenciada devido ao grande número de notícias que passaram a ser publicadas no jornal local. Em uma destas notícias, datada de 1971 traz a manchete que o então prefeito Vicente Amatte, em parceria com a Secretária Estadual de Educação daria início às obras do segundo grupo escolar de Paulínia, que localizar-se-ia no Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira.

Segundo dados municipais, em 1970 haviam 700 alunos matriculados no curso ginasial, 2050 matriculados no ensino primário estadual e 320 matriculados na suplência municipal.

A reforma do ensino médio, proposto pelo governo militar em 1971 através da lei 5692/71²², torna a profissionalização no ensino médio obrigatória, subordinando o ensino

²² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm Acesso em: 05 set. de 2014.

às necessidades de mercado. Esta medida é vista com bom grado pelos Paulinenses, pois vinha de encontro com a nova realidade.

Em 1972, contando com a presença do então presidente da república General Emílio Garrastazu Médici, dá-se a inauguração da Refinaria do Planalto Paulista (REPLAN). Vale ressaltar que, com a inauguração de tamanha fonte geradora de emprego e renda, a cidade não encontrava-se minimamente preparada para dar condições de vida no local como casas, ruas, escolas e saneamento básico.

Ao analisarmos dados municipais, próximo à inauguração da REPLAN nota-se um aumento significativo do número de matrículas, em 1971 somam-se 978 alunos matriculados no curso ginásial, contra 700 no ano anterior.

A partir de 1974, o número de escolas passa a crescer em ritmo acelerado em Paulínia, contando também com a reforma em diversos prédios escolares e concessão de transporte para alunos da zona rural. Ainda neste mesmo ano iniciou-se a construção de um moderno Grupo Escolar no Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira, que contaria com 10 novas salas de aula.

GINÁSIO ESTADUAL

Como vimos anteriormente, o município de Paulínia contou apenas com o Grupo Escolar até 1968, que atendia as quatro séries iniciais do fundamental, sendo que aqueles que queriam cursar o ginásio precisavam se locomover para Campinas ou Cosmópolis. Sendo assim, somente os filhos da elite conseguiam terminar seus estudos e a maioria das crianças ficavam impedidas de dar sequência à escolarização.

Neste período histórico existia entre as quatro primeiras séries do ensino fundamental e as quatro séries subsequentes do ginásio uma espécie de exame admissional ao ginásio e como muitas prefeituras, Paulínia também oferecia cursos preparatórios ao exame, pois só quem obtivesse as melhores notas daria continuidade aos estudos.

Paulínia preparava para o exame, mas não oferecia o curso ginásial. Mesmo com a existência, desde 1963, de uma Lei que aprovava a criação deste no município. Nada foi feito até o ano de 1968, quando constrói-se na recém-inaugurada prefeitura, três salas de ginásio. Essa medida provisória só é tomada devido à forte pressão popular que culminou com o pedido de tal medida dos vereadores e abaixo-assinado da população.

Segundo o projeto de Lei nº 7.737 promulgado em janeiro de 1963²³ que prevê a criação de um Ginásio Estadual nesta localidade. Porém, mesmo com a papelada assinada, a edificação do prédio para este fim não foi feita até 1969.

Em meados de novembro de 1965 os vereadores foram informados que o presidente da Câmara Municipal de Paulínia estivera na Secretária de Educação em São Paulo para tratar do assunto do Ginásio, e fora lá informado que já constava no orçamento esta referida instalação, faltando apenas à anuência do Conselho Estadual de Educação.

Neste contexto destaca-se a figura de Rubem Costa, que lutou infatigavelmente para a concretização desta ideia, sendo ele o principal responsável por conseguir combater os pessimistas e dobrar as autoridades do ensino que achavam que a instalação do Ginásio em Paulínia era uma má ideia por situar-se entre Cosmópolis e Barão Geraldo.

²³ Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=43251> Acesso em 12 set. de 2014.

Em março de 1966, o parecer do Conselho Estadual de Educação ainda não havia sido dado. Demorou mais três sessões seguidas para ser aprovada, sendo acompanhada da doação de um terreno para construção do referido prédio. Porém, até o ano de 1968 nada havia sido feito, portanto a Prefeitura resolveu ceder, de forma provisória, algumas salas do seu edifício no paço municipal “28 de fevereiro” para a acomodação dos alunos do Ginásio, enquanto seu prédio próprio não fosse construído, como dito anteriormente.

Em 29 de janeiro de 1968, o sr. Fausto Pietrobom acompanhado pelo presidente da Câmara Municipal sr. Hélio José Malavazzi cansados da espera, dirigiram-se à Secretária de Educação do Estado em São Paulo, para conversarem com o sr. Paulo Nathanael Pereira de Souza, titular da seção de planejamento e diretor do Conselho de Educação. Ele fez saber que Rubem Costa já estivera ali presente para apressar o funcionamento do Ginásio, e que ele estava autorizado a examinar o assunto naquele local, visto que a Prefeitura ainda não havia doado o terreno para a construção, por causa disto o Estado não estava apressado em construí-lo.

Assim que os dois regressaram à Paulínia, fizeram com que o projeto de Lei abrindo crédito para este fim fosse imediatamente aprovado, pelas comissões de Justiça, Cultura e Finanças. Findado este assunto, após quatro longos anos de espera, em 1969 inaugura-se, o Ginásio Estadual, na Avenida Aristóteles Costa, onde atualmente funciona a EE Dr. Francisco de Araújo Mascarenhas. A inauguração contou com grandiosa festividade e coquetel, celebrando a vitória do povo paulinense, contando dentre os presentes o sr. Prefeito José Lozano de Araújo, a diretora do Ginásio Cecília Regina de Moura Lima e Rubem Costa, que na ocasião ministrou a aula inaugural do Ginásio, com o tema “A Escola”. O Ginásio Estadual dispunha de cinco amplas salas, contando com mesas, escrivaninhas e material doado pela prefeitura.

Devido à demora nestes processos os exames de admissão para o primeiro ano ginásial tiveram que ser realizados em época especial, determinado pela Diretoria de Ensino Normal. No dia marcado, 103 dos 107 inscritos compareceram à realização do exame, mas somente 47 foram aprovados. O segundo ano ginásial iniciou suas aulas com 31 alunos, providos de remanejamento dos que cursavam esta série em Barão Geraldo ou Cosmópolis.

Vale destacar o Ginásio adquiriu seu prédio próprio em 1969, porém o ensino colegial, de nível médio só passou a ser oferecido no município um ano após a chegada da Petrobras, em 1973.

PARQUES INFANTIS

A primeira evidência que se têm sobre a criação dos parques infantis vêm de uma indicação do vereador Amerígio Piva à Campinas, solicitando a construção no distrito que o elegeu, bem como em Barão Geraldo, ambos distritos que sofriam com a carência desses serviços dedicados à infância. Em sua solicitação Amerígio menciona o grande número de pessoas moradoras destas localidades, humildes e trabalhadoras que necessitavam que suas crianças fossem acolhidas neste Parques. Esta reivindicação devia-se ao aumento da oferta de emprego às mulheres, principalmente por empresas prestadoras de serviços às indústrias, no ramo de limpeza, lavanderia, alimentação e até mesmo na lavoura.

Jolumá lembra que em Paulínia já existia uma área reservada de 2.260 metros quadrados, que poderia ser usada para esse fim, pois de início destinava-se a construção de um Grupo Escolar, ideia esta que foi vencida. E em Barão Geraldo havia uma praça

reservada pelo sr. Luiz Vicentim de 12 mil metros quadrados, com área aprovada e verba votada para ambas as construções, porém estas consideradas insuficiente.

Mesmo com o apelo do vereador nada foi feito, pelo menos não em Paulínia até o ano de 1968. Neste ano foram iniciadas as obras de construção do seu primeiro parque, esta obra custou aos cofres da Prefeitura cerca de Cr\$ 110.000,00 cruzeiros.

O chefe do Executivo, em seu contato diário com o povo viu a necessidade de construção de mais parques infantis, destinados a atender as crianças de 3 a 6 anos, oferecendo a eles uma casa de recreação onde fosse possível aproveitar todas as suas capacidades com assistência total e necessária para o seu desenvolvimento.

As crianças que concluíam o ensino parqueano iniciavam o ensino primário com uma pequena bagagem de conhecimentos, facilitando o trabalho das professoras e oferecendo condições favoráveis de adaptação a este novo ambiente escolar.

Porém, objetivando atender aos pais que trabalhavam fora e que não tinham com quem deixar seus filhos, e evitar que estes fossem deixados sozinhos, em casa, ou até mesmo nas ruas, Vicente Amatte procurando sanar este problema através do Decreto nº 392 de 22 de janeiro de 1971 fez criar os Parques Infantis do Jardim São Bento e do João Aranha.

Sobre os Parques Infantis é importante notar que somente poderiam matricular-se nestas unidades crianças com condições satisfatórias de saúde, comprovadas por atestado médico; e que não tivessem necessidade de acompanhante para participar das atividades do parque infantil, oficializando a exclusão social dos deficientes, neste nível da educação em Paulínia.

ESCOLAS PRIMÁRIAS

Visando sanar os problemas provenientes das Escolas de Emergência situadas no município, em 3 de agosto de 1967 o executivo paulinense aprova de forma unânime a criação de uma escola primária.

As reivindicações populares atingiram também os moradores do populoso bairro Cascata, que passaram a lutar pela criação de uma Escola em prédio próprio, pois a escola de emergência situada neste bairro encontrava-se modestamente em prédio inadequado, com paredes instáveis que podiam desabar a qualquer momento.

Em setembro de 1975 é inaugurada mais uma escola de 1º grau, situada no bairro de Santa Cecília, com capacidade para quatro salas, 35 crianças cada, área administrativa, quadra de esportes, biblioteca e sala para atendimento psicopedagógico.

COLÉGIO ESTADUAL

Em 1971, após firmar convênio com a Secretária Estadual de Educação, a Prefeitura Municipal de Paulínia inaugura o Colégio Estadual de Paulínia, em prédio construído conjuntamente ao Centro de Saúde. Contando com a presença do reitor Zeferino Vaz, da Universidade Estadual de Campinas em 1973. Somente quando ocorre a oficialização do curso Colegial, é que Paulínia apresenta o ciclo completo de escolarização básica, após anos de sua emancipação. Atualmente o antigo colégio estadual denomina-se EE General Porphyrio da Paz.

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Segundo dados do IBGE, em 1970 haviam em Paulínia 10.708 habitantes, sendo que 90,41% configuravam-se de origem migratória, em 1980 a população já figurava em 20.755 habitantes.

A necessidade de alfabetização deste grande número de migrantes fez-se necessária. Partindo desta necessidade, começou a ser implantado no município cursos supletivos, municipais e federais. Já no ano de 1974 o curso supletivo contava com 180 alunos matriculados de 1° e 2° graus antecipando-se ao Movimento Brasileiro de Alfabetização, criado em 1967 pela Lei nº5.379²⁴, que teve seu início efetivo somente em 1970, visando a alfabetização de pessoas acima de 15 anos, sendo que a partir de 1974 foi autorizado a alfabetização dentre os 9 e os 14 anos.

MUNICIPALIZAÇÃO

A municipalização do ensino fundamental do município de Paulínia somente é tornada possível com a Lei de Diretrizes e Bases, LDB 5692/71²⁵, que consagrou o princípio de descentralização da educação. Mas, somente com a promulgação da Constituição em 1988 é que torna-se possível dos municípios criarem seus próprios sistemas de educação, passando o município a não ser mais mero executor das decisões

²⁴ Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=117865> Acesso em: 16/08/2014

²⁵ Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71> Acesso em: 16/08/2014

tomadas em outras instâncias de poder, mas antes da federação com poder para atuar no ensino fundamental e na educação infantil. Essa medida destinada à educação básica representa não somente uma descentralização da educação, mas também a oferta de oportunidades para o desenvolvimento de uma educação, visando diminuir as disparidades regionais.

Em Paulínia, no mesmo ano em que é aprovada a nova LDB, Lei 9.394/96²⁶, foi assinado, acompanhado da Secretária Estadual de Educação um “protocolo de intenções”, onde a prefeitura municipal mostra sua intenção de assumir as oito escolas de ensino fundamental até então estaduais.

Esse protocolo foi assinado devido às manifestações dos munícipes e reuniões com representantes das “associações de bairro” que clamavam pela municipalização do ensino, visto que na cidade, dentre as escolas de ensino fundamental, algumas eram municipais, e estas eram consideradas mais adequadas e equipadas que as da rede estadual; outro motivo que não pode passar em branco foi a tentativa de manter no município os recursos do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental), visto que a arrecadação mensal da prefeitura naquele ano foi de R\$ 13.000.000,00 ao mês, repassados ao FUNDEF valores de R\$ 3.250.000,00. A rede municipal, contando com as escolas de educação infantil, uma escola de ensino fundamental, duas de ensino supletivo, quatro de educação não-formal e três de nível médio, evidenciam um contrassenso, pois o único nível que recebe recursos do fundo é o fundamental.

Para dar continuidade a tal projeto o então prefeito da época, Edson Moura, realizou uma série de reuniões entre educadores, pais, alunos e autoridades do

²⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 16/08/2014.

município, para discussão e convencimento da população para a assinatura do Convênio firmado entre o Estado e a Prefeitura, convênio este assinado um ano depois, baseados nos seguintes termos: A Prefeitura Municipal de Paulínia assumiria a rede estadual de ensino fundamental, que era composta pelas escolas, EE Prefeito José Lozano de Araújo; EE Profa. Flora Aparecida de Toledo Lima; EE Sra. Yolanda Tiziani Pazetti; EE Profa. Maria Aparecida Caputti Beraldo; EE Prof. Dr. José Dalmo Fairbanks Belfort de Mattos; EE Prof. Domingos de Araújo; EE Sol Nascente e EE Oadil Pietrobon, somente a escola EE Padre José Narciso Vieira Ehremberg, que atendia de 1° a 8° série, por isso considerada desinteressante ao convênio foi mantida ao Estado. Além desta, as escolas Dr. Francisco de Araújo Macarenhas (5° à 8°); EE do Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira (5° à 8° e ensino médio) e EE Gal. Porphyrio da Paz (5° à 8° e ensino médio) foram mantidas à supervisão Estadual.

Além disto, o convênio também previa manter os professores e diretores efetivos nas respectivas escolas municipalizadas, pelo prazo mínimo de três anos, sendo estes comissionados pelo Estado junto à Prefeitura, sem sofrerem danos e prejuízos com relação a contagem do tempo de serviço. E ainda, a Prefeitura se responsabilizaria por complementar os salários dos professores em R\$ 400,00 e dos diretores em R\$ 600,00 a título de isonomia salarial com os professores da rede pública municipal.

Também de acordo com o convênio, os cargos de professores admitidos como temporários nessas escolas e os surgidos em decorrência de aposentadorias ou remoção voluntária, seriam preenchidos por professores municipais, concursados, sendo que os funcionários administrativos, de apoio, e efetivo realocados às escolas não municipalizadas, dentro do município de Paulínia.

E por fim o Convênio estabelece que o Estado retiraria das escolas todos os arquivos, mantendo porém os moveis, equipamentos eletrônicos, e benfeitorias moveis ou imóveis conseguidos pela Associação de Pais e Mestres.

Já em janeiro de 1999 o período letivo inicia-se sob a administração municipal. E em janeiro de 2002 os educadores que ainda não haviam se aposentado, foram compulsoriamente reintegrados à rede estadual, sendo portanto removidos para as quatro escolas estaduais remanescentes, ou removidos para as escolas de cidades vizinhas pois as de Paulínia não comportaram realocar todos estes funcionários.

Neste capítulo podemos conhecer um pouco mais sobre a história da educação no município de Paulínia, segundo as escritas dos dois atores utilizados, Meire e Jolumá.

Mesmo partindo de premissas diferentes, ambos os autores nos propiciaram conhecer particularidades da educação paulinense, as escolas, os alunos, dados quantitativos entre outros, sempre em complementaridade, um com o outro.

No próximo capítulo, abordaremos os personagens que fizeram parte da história da educação, e contribuíram com ela de certa forma, que mereceram seu lugar de destaque na escrita desta história.

CAPÍTULO 3:

PERSONAGENS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM PAULÍNIA.

O presente capítulo foi elaborado a partir de um levantamento nas obras de Soares e Jolumá buscando evidenciar os personagens que seus trabalhos destacaram. Pessoas estas que, de acordo com seus feitos, mereceram quadro de destaque e foram lembrados nas escritas de ambos os autores.

OS SEIXA QUEIROZ

Jolumá achou interessante dedicar todo o décimo segundo capítulo, do primeiro volume de sua obra, aos Seixas.

José de Seixas Queiroz, natural de Portugal, dedicava-se diariamente a escrever suas caminhadas e memórias (JOLUMA, 1972). E foi através destes escritos que podemos conhecer um pouco mais sobre ele e sua família. Seu pai Vitorino José de Seixas, exerceu o magistério em Portugal, e após conhecer dois brasileiros que visitaram sua cidade partiu com eles para o Brasil em 1858.

José de Seixas Queiroz parte seguindo os passos de seu pai em 1868, quando ainda tinha treze anos. Em 1888 casou-se com dona Maria, filha de Manoel Gomes Leal de Melo, e os dois passaram a morar em Campinas, onde residiram por três anos e oito meses.

Maria das Dores Leal de Queiroz natural de São João da Boa Vista, filha de Manoel Gomes Leal de Mello e Ana Baptista sempre frequentou bons colégios e aos 17 anos casou-se com José de Seixas.

José de Seixas Queiroz arriscava em vários empreendimentos e após vários insucessos como comerciante e aproximando-se a inauguração da Companhia Carril Agrícola Funilense, José decidiu mudar-se para a estação de José Paulino.

Na estação de José Paulino, sua esposa Maria das Dores passou a lecionar para seus filhos e filhos de colonos, visto que não havia mais nenhuma iniciativa de escolarização na localidade. Esta portanto, passa a configurar-se como a primeira e modesta escola da estação José Paulino.

Dona Maria da Dores lecionou no local até o nascimento do seu último filho, pois após a gravidez Maria das Dores, ficou terrivelmente doente o que fez com que ela se afastasse da escola. Substituindo pois sua mãe, Guiomar de Seixas Queiroz, formada em Campinas, iniciou suas aulas com 42 alunos. Porém, em 1908 ao voltar para casa após fazer compras em Campinas, Maria das Dores encontra Guiomar desfalecida, vindo esta a falecer no dia seguinte. Após a morte de Guiomar, Maria das Dores contratou algumas professoras de Campinas e do próprio bairro para lecionar em sua escola, foram elas D. Ambrosina Ferreira Garcia de Andrade, Maria Luiza Salles, e D. Maria Luiza Guerra Sidanez.

Quando o espaço em que funciona a escola ficou pequeno demais os Seixas transferiram a escola para um casarão ao lado da estação, que alguns anos depois fora vendido ao senhor Pedro Motta, que o reformou e alugou para o Estado, passando ali a funcionar a Escola Reunida de José Paulino.

A escola dos Seixas deixou seu rastro na história de Paulínia, até dar lugar a primeira escola oficial da localidade.

MARIA LUIZA GUERRA SIDANEZ

Nascida no Rio de Janeiro em 1890, Maria Luiza Guerra Sidanez era mulata e casada com um espanhol de família operária. Filha de Antônio de Lima Guerra e Rita de Almeida. De acordo com Soares (2004), referente à sua trajetória profissional há documentos que comprovem a sua presença na Escola dos Seixas no ano de 1912 na então Vila de José Paulino. Em 1916 foi nomeada pelo Governo do Estado como professora ainda da Escola da Secção de São Bento. Sua trajetória profissional passa também pelo Núcleo Colonial de Nova Veneza, e na Vila José Paulino onde permaneceu como professora na Escola Reunida até seu falecimento em 1925.

Como dito no capítulo anterior, Maria Luiza tinha o costume de manter um diário pessoal, e foi através deste que foi possível saber fatos importantes tanto da escola, quando da vida da professora.

A professora mudou-se para a Vila em função da sua nomeação para lecionar na escola dos Seixas, quando esta já havia começado sua vida profissional e já havia lecionado na escola rural de Vargem, ao lado da fazenda São Bento.

A importância da professora Maria Luíza vai além de ser a primeira professora normalista a residir no município, mas principalmente devido ao fato desta ter deixado vasto material histórico, seus diários, neles contendo diversas características sobre a educação da época tais como metodologia, conteúdos programáticos e planejamentos.

Através de seu material foi possível caracterizar como as disciplinas eram organizadas por pontos a partir de livros, que eram resumidos em linguagem acessível e transmitidos para os alunos que copiavam.

MARCELO AMATTE

Diretor da Divisão de Educação e Saúde, da Prefeitura Municipal de Paulínia, Marcelo assumiu o cargo em abril de 1970, segundo Jolumá (1974) psicólogo, formado pela Universidade Católica de Campinas e professor de Psicologia, pela mesma faculdade.

Nascido em 28 de julho de 1943, filho de Vicente Amatte e dona Carmelita Cormanich Amatte, iniciou seus estudos no Grupo Escolar “Professora Castorina Cavalheiro”, fazendo o ginásio no Colégio Ateneu Paulista e o científico no Colégio Cesário Motta.

Casado desde de 3 de janeiro de 1970 com Silvia Ernestina Grassano Villela, sendo completa sua família em 1972 quando do nascimento da sua primeira filha Marcela.

Algumas das realizações mais notáveis durante a gestão do Diretor são dentre outras, a construção de mais escolas, devido ao fato que o município só contava com uma Escola Primária na zona rural, passando para cinco Escolas de 1º Grau somente na zona rural. A construção e inauguração de uma escola no Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira. A criação de cinco Parques Infantis. E ainda quando havia necessidade

da admissão para ingressar no Curso Ginásial, foram criadas classes de Admissão ao Ginásio em todo o Município.

Ainda quando Marcelo era Diretor, o curso Supletivo de Recuperação de Adultos foi ampliado, passando a servir todo o município. Quando há a criação do MOBRAL — Movimento Brasileiro de Alfabetização e Letramento — sob responsabilidade do Governo Federal, Paulínia já se mostrava avançada neste setor, pois já contava com cursos de Alfabetização de Adultos em todo o município, assim a implementação deste programa no município foi portanto mais fácil havendo somente a necessidade de mudança de nome.

Outro fato marcante da gestão de Marcelo é acerca da Alimentação Escolar. Paulínia foi considerada entre as melhores do Estado durante sua gestão.

Sob responsabilidade da Divisão de Educação e Saúde estavam também o Curso da Madureza Ginásial, que possui uma Orientadora Educacional e Pedagógica além de inúmeros cursos de curta duração, mas de grande procura dos habitantes locais.

Foi também através da Divisão de Educação e Saúde, que foi possível que a Prefeitura firmasse Convênios com a Secretária do Estado da Saúde e a Universidade Estadual de Campinas para a construção e instalação do Centro de Saúde Escola de Paulínia .

PROFESSORA EDNA VOSGRAU

Segundo Jolumá (1975), Edna Vosgrau, natural de Campinas, filha de Edmundo Vosgrau e Helena O. Vosgrau, começou sua formação no Instituto de Educação Carlos Gomes em Campinas, sendo posteriormente formada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo, e mestrado no Instituto Educacional Piracicabano.

Na sua vida profissional, Edna foi Orientadora do Clube Agrícola em 1958, Supervisora de Merenda Escolar em 1958, participou do estágio de diretores para renovação e orientação pedagógica do Ministério Primário em 1965, também do Círculo de Estudo para Renovação de Orientador Pedagógico em 1965, participou do I Simpósio da Escola Primária Renovada em 1966, do I Treinamento para os Setores de Orientação Pedagógica das Delegacias de Ensino Elementar em 1965 e 1966, da Educação na Constituição, Programa de Aperfeiçoamento de Magistério em 1967, da Atualização Pedagógica em 1969, do Curso de Treinamento para Pessoal Técnico Administrativo da Rede Oficial do Estado em 1972, do Curso de Treinamento para Implantação de Dispositivos da Lei n.5692 em 1972, também do Seminário para Estudo da Implantação de Dispositivos da mesma lei, e do Treinamento para Pessoal Docente sobre Estrutura Curricular da Escola de 1º Grau em 1973, do Seminário de Estudos para Captação de Currículo na Escola de 1º Grau, do Centro de Recursos Humanos da Secretaria de Educação de São Paulo em 1973, e, finalmente participação no VI Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, no Recife em 1974.

O então prefeito da época, Reinaldo Calil, ao perceber que tratava-se de uma professora com uma vasta experiência e diversos cursos, resolveu pois nomeá-la em abril de 1973 para ocupar o cargo de Diretora da Divisão de Educação e Saúde da Prefeitura Municipal de Paulínia.

A professora aceitou a nomeação ao mesmo tempo em que desempenhava também a função de docente da Faculdade de Filosofia de Amparo, sendo também coordenadora da Equipe de Estudos de Curriculum da V Divisão de Educação de Campinas. E além destas, também desempenhava a função de Diretora do Grupo Escolar Experimental Guido Segalio.

Toda esta sua experiência profissional iniciou-se em 1946 ao ingressar no curso Normal. Após esta formação a professora passou, seja concursada ou por designação, desde Professora Primária Efetiva, Orientadora da Língua Pátria, Diretora Efetiva da Escola de 1º Grau, também respondendo pelo Expediente do Grupo Escolar Guido Segalio, Professora de Psicologia na escola em que se formou e Diretora em Comissão da Divisão de Educação e Saúde em Paulínia.

AMÁLIA LEGENDRE

Professora em 1909 do 4º ano das *Escolas Reunidas* segundo Soares (2004). Suas cadernetas de anotações trazem aspectos importantes do período, como por exemplo o número de colonos que costumavam ser contratados pelos fazendeiros e os respectivos valores pagos às famílias, bem como das profissões e o valor do dia de trabalho dos operários. Traz também importante informação, sobre o uso do livro “*Sciencias Physicas e Naturaes e Hygiene*” de Miguel Milano (1922), não se sabe se cada um possuía seu exemplar, mas a professora transmitia seus textos, principalmente aqueles acerca da higiene a seus alunos.

Neste breve capítulo, foram elencadas as pessoas que de alguma forma foram consideradas pelos autores em que baseia-se este estudo como pessoas chaves em determinados períodos da história, para a educação do município de Paulínia.

Vale lembrar que as obras de Jolumá, apresentam tom memorialista e sua principal característica por se tratar de uma obra encomendada pela Prefeitura Municipal de Paulínia, mais especificamente de seus referidos prefeitos, é apresentar portanto uma escrita enviesada e de carácter mais adulator a pessoas políticas, que à pessoas socialmente importantes.

Enquanto que na escrita de Soares, por partir de um interesse pessoal e de cunho acadêmico, a autora dedica-se a escrever estritamente sobre pessoas e suas ações significantes a seu objeto de pesquisa. Mais particularmente em seu último capítulo a autora rememora as figuras ilustres, algumas baseadas na obra de Jolumá e traz um quadro histórico da cidade buscando evidenciar os impactos da industrialização na educação de Paulínia.

CONCLUSÃO

Ao observarmos a análise de dados feita por Soares (2004) em suas páginas percebemos que a educação no município de Paulínia, entre os anos de 1949 e 1950 sofreu um decréscimo de 5,5% e no ano de 1955 o aumento foi de apenas 29 crianças. Entre 55 e 60 o índice de expansão chega a 40%, um crescimento absoluto de 87 crianças.

Podemos inferir desses dados que até 1960 o crescimento na taxa de alunos matriculados nas escolas era vegetativo, com períodos onde havia até a diminuição no número de alunos. A partir de 70, mesmo quando ainda não havia ocorrido a inauguração da Refinaria REPLAN, mas era possível notar novos habitantes que aqui chegavam para trabalhar nas obras de construção desta, ocorre um aumento súbito de 804% no ensino fundamental. Esse número cresce ainda mais entre os anos de 1960 e 1970, sendo que o índice de crescimento foi de 941%. Já entre 1960 e 1975 o aumento sobe para 1.242%, ou seja, as escolas paulinenses passam de 304 alunos para 4.080 alunos.

O número de escolas também sofreu um aumento significativo, de 1 unidade até 1960 para 8 unidades em 1970, ou seja, um aumento de 700%. Se considerarmos o período de 1960 a 1975 o aumento é de 1.900%, passando de uma unidade para 23 unidades em 1975.

Essas mudanças significativas na realidade escolar paulinense é muito mais do que somente mudanças numéricas, mas configura-se também como uma mudança da realidade da cidade, sendo que junto com essas mudanças houve também a mudança nos programas escolares, mudança da demanda, extinção e inclusão de disciplinas para favorecer o preparo para o mercado de trabalho, reorganizações curriculares, incremento na divisão do trabalho pedagógico e inclusão de professores da cidade.

Dados do SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) evidenciam que em 2003, Paulínia contava com 56.787 habitantes, sendo que destes 98,9% da população moravam na zona urbana. A taxa de crescimento anual do município neste ano foi de 3,54% e de urbanização 99,07%. A densidade demográfica atingiu 9,966 habitantes por quilômetro quadrado e a cidade contava com 11.415 unidades residenciais. A taxa de analfabetismo configurava-se em 6,07% e a participação no PIB de 9%, sendo que a renda per capita dos munícipes era cerca de R\$ 2.933,86.

Já no ano de 2014, segundo dados do SEADE²⁷ afirmam que Paulínia conta com 92.231 habitantes. Como taxa de crescimento anual o município evidenciou neste ano 3,04% e o grau de urbanização atingiu 99,91%. Com relação à densidade demográfica em 2014 Paulínia contava com 664,87 habitantes por quilômetro quadrado. Referente a taxa de analfabetismo temos um declínio significativo pois em 2010 o índice era de 3,47% e o rendimento médio dos empregos formais em 2012 é cerca de R\$ 2.839,98.

Neste estudo percebemos como a educação é evidenciada nas breves linhas dos dois distintos autores que dedicaram pequena parte de suas obras a escrever sobre a educação na cidade de Paulínia, na dissertação de Soares a autora infere como o capitalismo industrial interfere e impacta o sistema escolar de Paulínia, tanto nos aspectos quantitativos, qualitativos e estruturais, pois a industrialização forçou a escola paulinense a se adaptar e suprir as necessidades, numéricas, de acesso e demanda e conteúdos escolares, até para a formação de operários. Enquanto Jolumá em sua obra histórico memorialista detém-se a narrar fatos históricos e predominantemente fatos políticos acerca dos acertos e conchavos políticos para a realização destas escolas. Porém

²⁷ Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php> Acesso em 22 de nov. 2014.

podemos notar em ambos os autores que estes evidenciam sempre a importância que a educação desempenhou desde que Paulínia ainda era Vila de José Paulino.

Em ambos os autores a educação é sempre vista por eles e evidenciada em suas linhas a importância que esta também representava para os moradores daqui. Seja nas narrativas mostrando as iniciativas particulares de mulheres preocupadas com a educação de seus filhos e dos filhos de colonos e sitiantes, seja pela luta local de moradores, vereadores e professoras em luta constante para conseguir uma educação de qualidade, com local adequado, próprio para a faixa etária atendida.

A história da educação na cidade de Paulínia foi permeada por diversos anos de lutas e batalhas de pais, professores, vereadores e afins a fim de conquistar uma escola de qualidade, adequada, com prédios próprios adaptados e construídos para abrigarem salas de aula, com mobiliário adequado, livros, professores formados e muitas outras características garantidas pela Constituição, mas que foram batalhadas para serem implementadas em Paulínia. Essa realidade permeou a construção do grupo escolar, a luta pelo direito dos alunos darem prosseguimento nos seus estudos no ensino ginasial em sua própria cidade, no colegial como última etapa da escolarização básica que só passou a ser oferecido no município de Paulínia a partir de 1973 e por fim a recente luta para construção dos parques infantis devido a inserção no mercado de trabalho da mãe trabalhadora.

Nas linhas deste trabalho, não poderia deixar de citar as pessoas que foram primordiais para a história da educação paulinense. Pessoas que diante das adversidades locais partiram em busca de melhorias para a educação paulinense. Por este motivo foram lembradas nas linhas de Jolumá e posteriormente nas linhas de Soares, e aqui como obra historiográfica que se destina ser, foram lembradas devido a seus atos.

Escrever a história da educação na cidade de Paulínia é revivê-la, é lembrar, é recordar e aprender com o passado. Uma obra historiográfica que não somente “faz” a história, mas “conta” a história, mais imparcial e verdadeira dos fatos.

Seja como for, certo é que aceitar esse movimento, que teve como bandeira a defesa da necessidade de escrever a história a partir da multiplicidade de acontecimentos que expressa o caráter multifacetado do real, como movimento precursor de uma história nova, ou aceitar a revista *Annales* como pioneira desta tendência, significa reconhecer, simultaneamente, a necessidade de contemplar e de recorrer ao estudo dos diversos e variados documentos que registram a experiência dos homens reais. (NEPOMUCENO, 2008)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRITO, Jolumá. **História da cidade de Paulínia**. São Paulo, SP: Saraiva, 1972. 3 v.

CARNIELLI, F. G. **Gazeteiros e bairristas: histórias, memórias e trajetórias de três memorialistas urbanos de Campinas**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CUNHA, J. M. P. da; DUARTE, F. A. S. **Migração, redes sociais, políticas públicas e a ocupação dos espaços metropolitanos periféricos: o caso de Paulínia – SP**. In: CUNHA, J. M. P. da (org.) **Novas Metrôpoles Paulistas: Populações, vulnerabilidade e segregação**. – Campinas: Núcleo de Estudos da População – Nepo/Unicamp, 2006.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 15 – 34.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A Revista “Oeste”: Seus intelectuais e a organização da Cultura e Modernidade em Goiás (1942–1944)**, 2008. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/838.pdf Acesso em junho/2014.

PACHECO, C.C.C., **Paulínia: Investimento público em cinema como propulsor cultural, social e econômico** in: Revista Extraprensa.v.1 n°2, 2010

PAULÍNIA. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal n.º 223 de 17 de abril de 1970**. Autoriza a elaboração de livro sobre a História de Paulínia e abre crédito especial de NCR\$ 15.000 Disponível em: <http://cmpaulinia.sinoinformatica.com.br/camver/LEIMUN/1970/00223.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2014.

PAULÍNIA. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal n.º 337 de 08 de novembro de 1971**. Autoriza a compilação de dados para o segundo volume da “História de Paulínia” e abre crédito especial. Disponível em: <http://cmpaulinia.sinoinformatica.com.br/camver/LEIMUN/1971/00337.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2014.

PAULÍNIA. Prefeitura Municipal. **Lei Municipal n.º 448 de 12 de junho de 1974**. Autoriza a compilação de dados para o terceiro volume da “História de Paulínia”, a abertura de crédito especial e da outras providências. Disponível em: <http://cmpaulinia.sinoinformatica.com.br/camver/LEIMUN/1974/00448.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2014.

PILON, A. F. **Educação ambiental em quatro dimensões de mundo**: uma proposta ecossistêmica. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.bvs-sp.fsp.usp.br/tecom/docs/2002/pil001.pdf>. Acesso em: 14 maio 2004.

SOARES, Meire Terezinha Müller. **O impacto da industrialização no sistema educacional de municípios agrários: A trajetória de Paulínia, SP**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas, 2004. 200p.

VIVEIROS, Ricardo. **Laudo Natel: Um bandeirante**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.